



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBL. DO NO D. O. U.
C	De 06/08 / 1997
C	161
	Publica

Processo : 13819.002799/95-59

Sessão : 21 de março de 1996

Acórdão : 202-08.387

Recurso : 00532

Recorrente : DRF/SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.

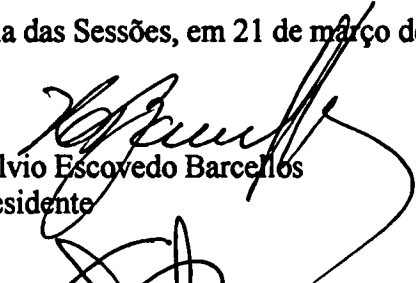
Recorrida : SCANIA DO BRASIL LTDA.

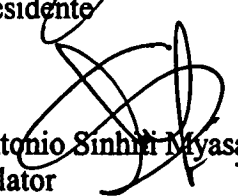
IPI - RESSARCIMENTO - RECURSO DE OFÍCIO. Cabe ressarcimento em dinheiro na área do IPI, na forma e condições asseguradas em lei, a título de estímulos fiscais, o crédito excedente ou na impossibilidade de sua compensação. Recurso de Ofício a que se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo Delegado da Receita Federal em São Bernardo do Campo-SP.

ACORDAM os membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pôr unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1996


Helvio Escovedo Barcellos
Presidente


Antonio Sinhati Myasava
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Tarasio Campelo Borges, Daniel Correa Homem de Carvalho, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho e José Cabral Garofano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13819.002799/95-59**Acórdão : 202-08.387****Recurso : 00532****Recorrente : DRF/SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP.**

RELATÓRIO

A empresa Scania do Brasil Ltda., com sede na Vila Euro, em São Bernardo do Campo-SP., a Avenida José Odorizzi, nº 151, inscrito no CGC sob nº 59.104.901/0001-76, requer o ressarcimento de crédito de IPI, do período de 21/10/95 até 30/10/95, no valor de R\$-215.146,56, a título de estímulos fiscais.

A autoridade monocrática, com base na informação prestadas pela requerente, que demonstra o direito ao ressarcimento de crédito de IPI, e atendido todos os requisitos à sua admissibilidade estabelecida na IN nº 125/89 c/c o Decreto nº 151/91 e/ou Lei nº 8402/92, resolve reconhecer o pleito, determinando a emissão da Ordem Bancária do montante requerido.

E, com base no inciso II, art. 3º, da Lei nº 8.748/93 c/c o art. 1º, da Portaria/MF nº 064/94, recorre de ofício a este Segundo Conselho de Contribuinte.

É o relatório.



Processo : 13819.002799/95-59
Acórdão : 202-08.387

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO SINHITI MYASAVA

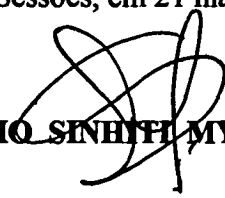
O recurso é cabível, portando dele tomo conhecimento.

O pedido alicerçado na IN nº 125, de 07/12/89, que autoriza o ressarcimento de crédito de IPI, inaproveitado, decorrente de estímulos fiscais de insumo utilizados na industrialização de produtos tributados e não tributados, com as provas necessárias ao deferimento do pleito.

Todas as demais cautelas ao deferimento do pedido foram atendidas, ressalvada o disposto "in fine" do item 4.2, da IN nº 125/89, à obrigatoriedade do Senhor Delegado, em determinar a verificação "a posteriori", das informações prestadas pela requerente, no mais, esta correta a decisão da autoridade monocrática, em autorizar a emissão da Ordem Bancária, nos termos da IN-SRF/STN nº 117, de 16/11/89 e, recorrer de ofício nos termos do inciso II, art. 3º, da Lei n. 8748/93 e art. 1º, da Portaria nº 064/94.

À vista do exposto, conheço do recurso para no mérito negar lhe provimento.

Sala das Sessões, em 21 março de 1996


ANTONIO SINHITI MYASAVA